

## Atos Oficiais

### Ordem de Início:

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS Processo nº: 5200/2020 Objeto: Contratação de empresa para recapeamento asfáltico da Estrada Ribeirão Pires e Rua Gregório de Matos Guerra. Contratada: L. DE A. NEVES PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI ME. Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem serviços de recapeamento asfáltico da Estrada Ribeirão Pires e Rua Gregório de Matos Guerra a partir do dia **26/10/2020**, em conformidade com o Termo de Contrato nº 518/2020. Ribeirão Pires, 26 de Outubro de 2020. Melissa Zimpeck Duaik *Secretária de Obras* L. DE A. NEVES PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI ME.

### Deliberação:

Deliberação CODUHAB Normativa 01/2020

De 27 de outubro de 2020

33ª Reunião Ordinária do CODUHAB

*Fixa a Regulamentação de Vagas para Estacionamento de Veículos de passageiros e motos.*

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – CODUHAB, no exercício de sua competência legal, e

Considerando que a Lei Municipal nº 3886/1995, que DISPÕE SOBRE O CÓDIGO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO, não regulamenta as vagas para estacionamentos de veículos, para idosos, portadores de necessidades especiais e ainda as para usos privativos em condomínios e ainda para outras atividades;

Considerando a importância de reservas de vagas, para garantir a mobilidade urbana para todos.

Considerando que os diferentes tipos de vagas, inclusive a diferença de características de domínio público e privado.

Considerando que cabe ao empreendedor diferenciar o uso de sua propriedade e estabelecer as regras de uso das vagas de estacionamento.

Considerando o interesse do CODUHAB, em adequar às normas urbanísticas municipais de maneira a permitir uma melhor distribuição das vagas;

Considerando que várias atividades classificadas como de impacto, não apresentam regulamentação específica para reservas de vagas para uso coletivo;

#### **DELIBERA:**

**Artigo 1º- Define-se como Vagas para Estacionamento de Veículos , em consonância com o Código de Obras Municipais, Lei Municipal 3886 de 14 de dezembro de 1995 ;**

**§ 1º Vaga(s) Privativa(s)** , aquelas destinadas ao uso privativo e exclusivo da edificação, e/ou de propriedade do condômino ,são divididas em:

- a- **Vaga de Garagem Vinculada à Unidade Autônoma:** Área coberta e/ou descoberta de estacionamento privativo de veículo automotor, demarcada e identificada em projeto arquitetônico e vinculada à área privativa principal da unidade autônoma por direito de propriedade, sem atribuição de fração ideal específica no terreno e partes comuns do condomínio;
- b- **Vaga de Garagem como Unidade Autônoma:** Área coberta e/ou descoberta de estacionamento privativo de veículo automotor, demarcada e identificada em projeto arquitetônico ,com acesso que independente da ocupação das demais vagas consideradas unidades autônomas ou outras vagas de uso comum indeterminado, e que, a critério do incorporador, será considerada unidade autônoma, com atribuição de fração ideal própria no terreno e partes comuns do edifício;
- c- **Vaga de Garagem de Uso Comum e Indeterminado:** Área coberta e/ou descoberta de estacionamento privativo de veículo automotor, demarcada e identificada em projeto somente para efeito de quantificação e disponibilidade. Quando atribuído direito de uso de vaga(s) à unidade autônoma. Quando não atribuído direito de uso de vaga(s) à unidade autônoma, pode ser tratada tecnicamente como área de uso comum de divisão proporcional do todo da edificação;
- d- **Vaga de Uso Comum:** Área coberta e descoberta situada nos diversos pavimentos da edificação e fora de uso privativo, que pode ser utilizada em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas;
- e- **Vaga de Uso Comum de Divisão Não Proporcional:** Área coberta e/ou descoberta situada nos diversos pavimentos da edificação e fora dos limites de uso privativo que, por sua finalidade, tenha sua construção, localização e uso atribuído à responsabilidade de parte dos titulares de direito de unidade autônomas, ou mesmo por todos (quando o seu uso não depender de qualquer relação de proporcionalidade com as respectivas áreas privativas da unidade autônoma considerada)

**§ 2º Vaga(s) Coletiva(s):** Área coberta e/ou descoberta, destinadas ao uso público, que integram a área de um empreendimento.

**§ 3º** Para os empreendimentos de Interesse Social- HIS, deverá ser destinado no mínimo 50% , do número obrigatório para o uso residencial.

**Artigo 2º- É obrigatório a reserva de vagas coletivas destinadas a estacionamento de veículos vinculados às atividades das edificações, com respectivos números, calculados de acordo com a Lei Municipal 3886 de 14 de dezembro de 1995 e Anexo II desta deliberação.**

**§ 1º** - As vagas de estacionamento poderão ser cobertas ou descobertas.

**§ 2º** - Deverá ser reservado vagas para estacionamento de veículos para idosos, nos edifícios de usos não habitacionais, as quais deverão estar devidamente identificadas para este fim, próximas da entrada da edificação e obedecendo à proporção de 5% das vagas normais de acordo com a legislação federal.

§ 3º Deverá ser reservadas vagas de estacionamento de veículos para pessoas com deficiência, em local de fácil acesso, devidamente identificadas para este fim, obedecendo à proporção de 2% das vagas normais de acordo com a legislação federal.

§ 4º As vagas coletivas, para as atividades descritas no Anexo II, poderão ser amarrada, desde que apresentem serviços de manobristas.

§ 5º As vagas cobertas e/ou descobertas de estacionamento de veículo automotor, deverão ser demarcadas e identificadas em projeto arquitetônico;

**Artigo 3º** - Nós imóveis existentes e/ou com normas específicas, que prejudiquem e/ou inviabilizem o estacionamento de veículos, poderá ser admitido a apresentação de convênios com estabelecimentos existentes, na distância máxima de 200,00 metros .

**Artigo 4º**- As vagas privativas para estacionamento de veículo e motos, poderão ser implantadas de acordo com o porte dos veículos de passeios, definido em convenção condominial;

§ 1º - Entende-se como de pequeno porte, os veículos que apresentem as seguintes de dimensões:

- a) Comprimento, até 4,063 metros;
- b) Largura até 1,601 metros;

§ 2º - Entende-se como de médio porte, os veículos que apresentem as seguintes de dimensões:

- a) Comprimento, de 4,064 metros até 4,498 metros;
- b) Largura de 1,621 metros até 1,676 metros;

§ 3º - Entende-se como de grande porte, os veículos que apresentem as seguintes de dimensões:

- a) Comprimento, de 4,499 metros até 4,80 metros;
- b) Largura de 1,677 metros até 1,766 metros;

**Artigo 5º**- A dimensão das vagas privativas para estacionamento de veículos de passeios e motos, as faixas de acessos e manobras à vaga, deverão ser implantadas de acordo com o Anexo I, desta deliberação.

**Artigo 6º**- As Vagas Coletivas, acessos e faixas de manobras para estacionamento de veículos, deverão respeitar às dimensões estabelecidas na Lei Municipal 3886 de 14 de dezembro de 1995, e ainda obedecer às proporções de acordo com a atividade, conforme Anexo II, desta deliberação.

**Artigo 7º** - Este deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Rogério Castilho do Carmo

Secretário de Habitação e Planejamento Urbano  
Presidente do CODUHAB

#### ANEXO I

Dimensões Mínimas de Vagas Privativas e Acessos

Vaga para Estacionamento				Faixas de Acesso e Manobra à Vaga	
TIPO DE VEÍCULO	Altura	Largura	Comprimento	0 a 45°	46 °a 90°
	(H)	(L)	( C)		
Pequeno	2,10	2,30	4,50	3,00	4,60
Médio	2,10	2,40	4,70	3,50	4,80
Grande	2,30	2,50	5,00	4,00	5,00
Acessibilidade	atender NBR 9050			4,00	5,00
Moto	2,10	1,00	2,00	2,50	2,50

\* Nota: Quando em sentido duplo de tráfego, ocorrendo manobras, atender ao estabelecido para 46 a 90°

#### Anexo II

Número de Vagas Coletivas de acordo com a atividade

Tipos de Atividades	Nº de Vagas
Hotel, Motel, Hotel de lazer e Pousada	0,50 /Quarto
Hotel, com restaurante para público acrescer para o salão de refeição	0,50 /Quarto + 0,05/m²do salão de refeição
Flats, Hotel Residência, Apart-Hotel	0,75/ Quarto
Hospital, Sanatórios e Clinicas de Reabilitação	0,05/ Leito
Teatro, Cinema e Praça Coberta de Eventos	0,125/Lugar
Clube e Áreas e/ou Chácaras de Eventos (em relação a área edificada de uso comum)	0,05/m²
Estádio	0,033/lugar
Restaurante (em relação ao salão de refeição)	0,05/m²
Estabelecimento de Ensino de Infantil, fundamental, Médio e cursos diversificados.	0,50/Sala de Aula

Estabelecimento de Ensino Superior (em relação a área das salas de aula)	0,05/m²
Instituições Religiosas e Templos (em relação a área culto e/ou eventos)	0,05/m²
Galpões Industriais ou sem Uso Definido (em relação a área edificada produtiva)	0,01/m²

## **Comunicado:**

### **COMUNICADO SEHAB Nº 01/2020**

Considerando a importância em assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

Considerando a solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em Reunião Ordinária de 27 de outubro de 2020;

Vimos informar que todas as obras multifamiliar, além das normas urbanísticas, sanitárias e ambientais, deverão observar também, as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Regulamentador nº 9.451/2018 e ainda a NBR 9050.

“Entende-se como edificação de uso privado multifamiliar - aquela com duas ou mais unidades autônomas destinadas ao uso residencial, ainda que localizadas em pavimento único;”

Nada mais.

Rogério Castilho do Carmo

Secretário de Habitação e Planejamento Urbano-SEHAB

## **Câmara Municipal Estância Turística de Ribeirão Pires:**

### **ATO Nº 2870, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.**

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa,

RESOLVE

Art. 1º **CONCEDER**, licença para tratamento de Saúde ao funcionário **Marcos Antonio Ferracini**, no período compreendido entre os dias 27 de outubro a 09 de novembro de 2020, conforme atestado médico apensado em seu prontuário funcional.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 27 de outubro de 2020– 66º Ano da Instalação do Município.

**Vereador Archeson Pedroza Teixeira – Presidente**

**Vereador José Nelson de Barros – Vice-Presidente**

**Vereador Silvino Dias de Castro Filho– 1º Secretário**

**Vereador Edmar Donizete Oldani– 2º Secretário**

**Vereador Arnaldo Pereira de Sousa - 3º Secretário**

Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal.

**Marco Aurélio Romaldini**

**Secretário Geral**